



ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA AGROECOLOGIA EM Portugal 2020

A produção da presente publicação recebeu o financiamento do programa **ERASMUS+** da União Europeia ao abrigo da subvenção n.º **2019-1-HU01-KA202-060895**. Nem a Comissão Europeia nem a agência nacional húngara TEMPUS são responsáveis pelo conteúdo ou por quaisquer perdas ou danos resultantes da utilização desta publicação.



Cofinanciado pelo
Programa Erasmus+
da União Europeia

Esta publicação foi preparada e publicada no âmbito do projeto *trAEce – Formação Vocacional em Agroecologia para Agricultores*.

Coordenação

do projeto: Apolka Ujj

Parceiros:

Diversity Foundation – Hungria
Grand Farm – Áustria
National Agricultural Research and Innovation Centre (NAIK-AKI) – Hungria
University of South Bohemia in České Budějovice (USB) – República Checa
Agri-Cultura-Natura Transylvaniae (ACNT) – Roménia
Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA) – Portugal

Edição:

Apolka Ujj
Logan Strenchock
Csaba Bálint

Autoria:

Rita Queiroga
Miguel Encarnação
Lanka Horstink

Capa:

Júlia Csibi

Publicado por: NAIK Agrárgazdasági Kutatóintézet
1093 Budapest, Zsil utca 3–5.
<https://www.aki.gov.hu>

ISBN 978-963-491-608-6



CONTEÚDO

1. OBJECTIVO DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA AGROECOLOGIA	4
2. RELEVÂNCIA DA PARCERIA TRAECE	6
3. INICIATIVAS INTERNACIONAIS, POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE AGROECOLOGIA	8
4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO EM PORTUGAL	11
5. VISÃO GERAL HISTÓRICA EM PORTUGAL	13
5.1. A agricultura biológica	14
5.2. A agricultura biodinâmica	16
5.3. A permacultura	16
5.4. A agricultura sintrópica	16
5.5. O manejo holístico	17
5.6. O modelo “Market Gardener”	17
6. A GOVERNANÇA DO SECTOR AGRÍCOLA	18
7. O MOVIMENTO SOCIAL: SOBERANIA ALIMENTAR E AGRICULTURA DE PROXIMIDADE	21
8. AGROECOLOGIA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA: INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO PARTICIPATIVA E TRANSDISCIPLINARIDADE	25
9. EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL: PROFESSORES, FORMADORES E APRENDIZAGEM ENTRE PARES	27
REFERÊNCIAS	30

OBJECTIVO DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA AGROECOLOGIA



O conceito do desenvolvimento sustentável como mecanismo de resposta aos impactos antropogénicos na biosfera é sujeito a interpretações bastante diversas. As convenções internacionais, os estudos e a investigação definem e interpretam as estratégias e políticas de sustentabilidade a partir de abordagens muito diferentes. Outra razão para esta amplitude da dimensão da sustentabilidade é o facto, legítimo, de o pilar social ter começado a sobrepor-se aos pilares ambiental e económico. A definição mais consensual do desenvolvimento sustentável é que este é “a estratégia de preservar o mundo, que deve incluir o uso dos recursos naturais de forma a que atenda às necessidades da geração actual sem diminuir as oportunidades da próxima geração” (Our Common Future, 1987, tradução nossa). Na última década, os impactos da agricultura enquanto contribuinte líquido significativo para as mudanças climáticas e os impactos antropogénicos no planeta foram amplamente documentados, assim como o potencial para a agricultura sustentável ser uma estratégia viável para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A agroecologia surgiu como uma abordagem agrícola sustentável, baseada no diálogo de diferentes sistemas de conhecimento desde a sabedoria popular à ciência, que reúne uma disciplina científica, práticas agrícolas e um movimento social que juntos representam uma estrutura e ferramentas para a transição agrícola. Cada vez mais, práticas agroecológicas ao nível da exploração agrícola e dentro da cadeia alimentar são sugeridas como uma estratégia para a implementação prática do desenvolvimento sustentável no sector agrícola.

A agroecologia, embora referida como uma filosofia de agricultura, pode ser entendida como uma ampla colecção de boas práticas agrícolas que reconhecem os impactos da agricultura nos ecossistemas e na sociedade. A agroecologia não possui um método de certificação específico - portanto, é difícil identificar e diferenciar as explorações que praticam os princípios da agroecologia e até que ponto - mas os seus componentes basilares são identificáveis, tal como o uso da rotação de culturas, adubos verdes, mínimo revolvimento do solo, cadeias curtas de distribuição, o fecho dos ciclos de recursos na exploração e a redução da dependência de insumos químicos, etc.

No contexto do projecto TrAEce (vide abaixo), o nosso consórcio elegeu a seguinte definição de agroecologia como a mais apropriada para o nosso contexto regional com base em uma revisão de literatura, uma análise geográfica comparativa e a contribuição combinada da diversidade de membros da equipa do projecto:

- A agroecologia constrói os seus conhecimentos com base em práticas heurísticas e uma ciência transdisciplinar que usa a investigação-acção participativa. Estes conhecimentos são ainda enriquecidos com as tradições ancestrais de pessoas que vivem em ecossistemas naturais que contribuem para a sustentabilidade do sistema alimentar. As práticas de agroecologia nutrem os ecossistemas do solo, promovem a reciclagem de nutrientes, a conservação de energia e a gestão dinâmica da biodiversidade, além de inspirar um movimento social para reformular as relações no sistema alimentar, promovendo proximidade e solidariedade entre consumidores e produtores. Em sistemas agroecológicos, tanto consumidores como produtores desafiam e transformam as estruturas de poder na sociedade, criando comunidades autónomas que se esforçam para afrouxar o controlo corporativo sobre os sistemas alimentares, a fim de alcançar a soberania alimentar dos povos.

O objectivo desta análise da situação da agroecologia é situar o uso do conceito e das práticas de agroecologia em cinco países parceiros da Europa (Hungria, República Checa, Portugal, Áustria e Roménia). Pretendemos identificar as políticas internacionais e nacionais aplicáveis bem como as campanhas de apoio iniciadas por inúmeras iniciativas não-governamentais e institutos de investigação que tenham impacto na adopção de princípios agroecológicos na prática agrícola nos países europeus acima mencionados. Também queremos avaliar se os agricultores estão a receber apoio suficiente na forma de formação, informação e aconselhamento para interpretar e traduzir os objectivos de sustentabilidade das convenções e orientações internacionais para as suas próprias práticas agrícolas. Por fim, ambicionamos destacar os defeitos que formam as barreiras à adopção generalizada da agroecologia, oferecendo uma oportunidade aos decisores políticos de agirem em apoio à integração da agroecologia na prática agrícola, em conformidade com as normas ambientais, económicas e agrícolas nacionais e da União Europeia (UE) bem como as políticas de desenvolvimento rural.

RELEVÂNCIA DA PARCERIA TRAECE



Especialistas de 6 instituições em 5 países europeus (Hungria, República Checa, Portugal, Áustria e Roménia) trabalharão juntos e trocaram experiências para promover uma abordagem clara e prática da agroecologia no nível da tomada de decisões e fornecer ferramentas de formação para agricultores e instrutores que os possam auxiliar na integração de princípios agroecológicos nas práticas comuns. Consequentemente, os parceiros do projecto desenvolveram análises da situação da agroecologia específicas para os seus respectivos países. Estas identificam discursos políticos, regulamentos, actores, práticas, redes, etc., que sejam mais relevantes, ao mesmo tempo que proporcionam uma visão abrangente do nível de conhecimento dos agricultores em relação às actividades baseadas em agroecologia. O relatório também fornece um resumo do status quo da formação existente em agroecologia e as oportunidades de aprendizagem que estão disponíveis em diferentes níveis. Com base na análise da situação, um programa de formação vocacional em agroecologia que visa

especialmente os agricultores será elaborado e refinado pela equipa do projecto e será acompanhado por materiais de aprendizagem escritos e visuais, incorporando os resultados das sessões piloto. De forma a evitar que a transferência de conhecimento se limite a sessões de formação pontuais e para difundir mais efectivamente o conhecimento das práticas de agroecologia, a equipa do projecto desenvolverá ainda um guia metodológico para formadores e educadores.

O consórcio de parceiros que integram o projecto acredita que as directivas da UE possam ser traduzidas para boas práticas ao nível da exploração, desde que os incentivos e subsídios não sejam aplicados de forma isolada, mas sejam acompanhados por formação baseada na sensibilização dos agricultores. Assim, consideramos que as formações vocacionais orientadas para a prática que ensinem boas práticas comprovadas são o método por excelência para aumentar o conhecimento dos agricultores sobre a agroecologia.



**INICIATIVAS INTERNACIONAIS,
POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DA
UNIÃO EUROPEIA EM MATÉRIA
DE AGROECOLOGIA**



O entendimento sobre o que é a agroecologia e o seu papel na agricultura, assim como a sua integração na prática quotidiana aos diferentes níveis de implementação dos apoios, subsídios, políticas e iniciativas europeias e nacionais, varia de país para país. A ausência de um acordo internacional, regional ou nacional quanto à definição da agroecologia resultou na ausência de uma política europeia bem definida e regulamentos relevantes. Ao mesmo tempo, os estados membros estão a implementar directivas obrigatórias da UE em matéria de ambiente e agricultura sustentável de forma substancialmente diferente de um país para outro. Por exemplo, para o período de 2014–2020, os decisores políticos de alto nível concordaram com 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), muitos dos quais relevantes para a agroecologia, como é o caso de: ODS 2 (erradicar a fome), ODS 3 (saúde e qualidade de vida), ODS 12 (produção e consumo sustentáveis) e ODS 15 (proteger a vida terrestre). No entanto, o relatório que foi preparado em antecipação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, resumindo o progresso em relação aos ODS e o balanço das acções que foram realizadas pelos governos e outras partes interessadas, demonstra que, nos últimos quatro anos, o progresso estagnou ou não está a acontecer com a rapidez necessária para resolver os grandes desafios actuais. Como resultado, as pessoas e os países mais vulneráveis continuam a sofrer de forma desigual com as pressões climáticas e é consensual que a resposta global até agora não tem sido suficientemente ambiciosa. Em suma, de acordo com o relatório, há ainda muito que fazer, incluindo dentro da União Europeia.

Outro factor determinante importante da protecção ambiental é o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009. Este consolida medidas de protecção ambiental dos três documentos fundamentais do direito primário da UE – incluindo o Tratado da União Europeia, o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O artigo 37 do último trata da priorização da protecção ambiental e da melhoria da qualidade do meio ambiente, que devem ser integradas nas políticas da UE e garantidas de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o sétimo programa de acção em matéria de ambiente (EAP) tem sido o guia de base para a política ambiental da Europa até 2020. De forma a fornecer uma direcção a longo prazo, estabelece a seguinte visão: “Em 2050, vivemos bem, dentro dos limites ecológicos do planeta. A nossa prosperidade e ambiente saudável decorrem de uma economia circular inovadora, onde nada é desperdiçado e onde os recursos naturais são geridos de maneira sustentável e a biodiversidade é protegida, valorizada e regenerada de maneira a melhorar a resiliência da nossa sociedade. O nosso crescimento de baixo carbono foi há muito tempo dissociado do uso de recursos, estabelecendo o ritmo para uma sociedade global segura e sustentável” (tradução nossa). Embora a linguagem do programa de acção estabeleça metas ambiciosas, a acção ao nível da unidade de produção agrícola, bem como o apoio à transição, não mudaram suficientemente rápido para incentivar a mudança necessária dos sistemas agrícolas. O programa identifica três objetivos principais: 1) proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE; 2) transformar a UE numa economia de baixo carbono, verde, competitiva e eficiente em termos de recursos e 3) salvaguardar os cidadãos da UE das pressões e riscos para a saúde e o bem-estar relacionados com o ambiente.

Actualmente, elementos de agroecologia aparecem nas políticas europeias através dos mecanismos das práticas agrícolas sustentáveis regulados dentro da Política Agrícola Comum (PAC), o sistema de apoio financeiro que moldou a agricultura na EU nas últimas quatro décadas (CFS, 2019). Entre os objetivos da PAC, os elementos em foco correlacionados com princípios da agroecologia são: 1) a produção viável de alimentos; 2) a gestão sustentável dos recursos naturais e acção climática, com foco nas emissões de gases de efeito estufa, biodiversidade, solo e água; e 3) o desenvolvimento territorial equilibrado, com foco no emprego rural, no crescimento e pobreza nas zonas rurais.

No âmbito da PAC são exigidas medidas de protecção ambiental regulamentadas e incentivadas através de pagamentos voluntários aos agricultores. Actualmente, existe um sistema de condicionalidade que distribui determinados pagamentos de acordo com a área arável

aos agricultores com base num desempenho ambiental de referência e, quando relevante, no bem-estar animal. Os incentivos financeiros incluem pagamentos dos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) com base nos custos extra assumidos incorridos ou na receita perdida pelos agricultores que proporcionem benefícios ambientais. O novo programa de pagamento “verde” introduzido em 2014 baseado na área das propriedades tem sido criticado devido à dificuldade dos pequenos proprietários de acederem a estes benefícios, apesar de estes contribuírem significativamente mais para as redes locais alimentares do que os grandes proprietários, que no entanto recebem o grosso dos pagamentos. A reforma da PAC também fornece pagamentos para manter ou aumentar os benefícios ambientais dos sistemas agrícolas (ver mais adiante na secção sobre a análise da situação da agroecologia dos países parceiros). Embora os pagamentos directos por boas práticas agrícolas sejam uma forma de incentivar uma transição para uma agricultura mais sustentável, é necessário ter em conta que a produção agrícola é apenas uma fase de sistemas alimentares complexos e globalizados e que vários tipos de apoio à transição sustentável devem ser desenvolvidos para assegurar a adopção em larga escala de melhores práticas.

Apesar das regulamentações existentes, um painel internacional de especialistas em sistemas alimentares sustentáveis no seu relató-

rio intitulado “Rumo a uma política alimentar comum para a União Europeia – a reforma e realinhamento de políticas necessárias para construir sistemas alimentares sustentáveis na Europa” tem sido crítico das políticas que governam a UE, tais como as iterações anteriores da PAC, das quais hoje podemos observar os seus impactos sociais e ambientais desfavoráveis. Em contraste, o relatório delineia uma visão única e com um prazo definido para a reforma dos sistemas alimentares europeus sob a égide de uma Política Alimentar Comum: uma política que estabelece uma direcção de transição para toda a cadeia de fornecimento de alimentos, reunindo várias políticas sectoriais que afectam a produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, e reorientando todas as acções necessárias à transição para a sustentabilidade, não apenas na agricultura, mas em todos os sistemas alimentares.

Em resumo, nas últimas décadas, a União Europeia adoptou uma ampla gama de leis, regulamentos e políticas em matéria de ambiental e sustentabilidade. Mas, apesar dos projectos internacionais e nacionais financiados pela UE terem identificado e / ou elaborado as boas práticas necessárias para uma agricultura ambientalmente consciente, muitos desafios ainda persistem e a experiência sugere que é urgente reconsiderar os princípios da agricultura verde nas estratégias para a agricultura e o desenvolvimento sustentável da EU para o período posterior a 2020.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO EM PORTUGAL



O uso da designação de agroecologia é ainda marginal em Portugal. Seja enquanto área de pesquisa na academia, conjunto de práticas agrícolas dentro da comunidade de agricultores ou movimento social de defesa dos direitos camponeses, que afirma a soberania alimentar e a transformação do sistema agroindustrial, pelo seu potencial desmembrador de comunidades humanas e dos seus ecossistemas. Com uma expressão tímida mantém-se relativamente invisível à escala europeia (Wezel *et al.*, 2018).

Dois dos principais elementos da agroecologia, como o GAIA a entende, são o reconhecimento do valor do conhecimento tradicional das comunidades rurais na gestão da paisagem de acordo com os processos naturais dos ecossistemas e o apoio ao seu projecto político de resistência ao domínio neoliberal sobre os sistemas alimentares (Sevilla Guzman & Woodgate, 2013; Holt-Giménez & Altieri, 2013).

Embora muitos agricultores tradicionais possam ser considerados próximos da agroecologia, ainda que as suas práticas agrícolas tenham sofrido a erosão decorrente do domínio da agroindústria, para o nosso estudo foram apenas considerados actores chave, quintas e iniciativas que, no seu discurso, afirmam adoptar práticas agrícolas de base ecológicas e / ou de resistência à dominação do sistema agroindustrial.

A presente análise da situação da agroecologia em Portugal será assim necessariamente redutora, pois tende a favorecer a realidade neorural actual de cariz mais militante, com poder de divulgação e assente numa opção de vida em ruptura, em detrimento dos pequenos agricultores tradicionais, desde sempre com um modo de vida agroecológico, mas mais difíceis de identificar dentro das limitações de um estudo de linha de base que assenta numa pesquisa de Internet.

Desta feita, para encontrar as origens da agroecologia em Portugal, optámos por identificar as práticas agrícolas ecológicas e procurar saber como se desenvolveram até aos dias de hoje.

Considerámos aqui como sistemas agroecológicos de produção aqueles que são desenhados de origem segundo princípios de cooperação e associação entre o ser humano e os ecossistemas, com vista a nutrir as funções vitais. As unidades de produção são reconhecidas como um organismo vivo em que o solo, as plantas, o ser humano e os restantes animais estão em interdependência (Brandenburg, 2002).

Além da agricultura biológica, escolhemos outras formas de produção agrícola às quais reconhecemos bases ecológicas, tais como a agricultura biodinâmica, regenerativa, sintrópica (ou agrofloresta de sucessão¹), o manejo holístico (Savory e Butterfield, 1998), o modelo *market gardener* (Fortier e Bilodeau, 2014) e a permacultura (Mollison, 1988). Verificámos que um mesmo projecto podia usar vários destes sistemas de conhecimento, certificações e/ou práticas agrícolas, de acordo com as características do terreno e as finalidades desejadas.

Dado que a agricultura biológica é uma certificação apoiada pelo Estado, é possível assim situar o momento do seu início em Portugal bem como acompanhar a evolução da superfície agrícola que ocupa e o número de agricultores que aderiram à prática, consultando os censos agrícolas.

A agricultura biodinâmica e a permacultura são outros sistemas que se encontram relativamente institucionalizados: a agricultura biodinâmica é uma prática ligada à filosofia antroposófica que chegou a Portugal nos anos 70, e a permacultura começou a fazer o seu percurso em Portugal nos anos 90.

As práticas de agricultura regenerativa, agrofloresta de sucessão e agricultura sintrópica parecem ser usadas de forma intercambiável (Reflorestar Portugal, 2019), sendo neste momento recentes e ainda residuais. Com apenas alguns anos de presença em Portugal e praticado em poucas explorações, encontramos também a filosofia do manejo holístico e a prática *market gardener*.

¹ Segundo Baleeiro (2018), o que Ernst Götsch inicialmente chamou de Agrofloresta de Sucessão (Sucessional na versão original do Brasil) passou a denominar de Agricultura Sintrópica.

VISÃO GERAL HISTÓRICA EM PORTUGAL



Portugal foi o último país agrícola da Europa a ocidente. Mesmo assim fez uma rápida transição para a modernidade. Com a abertura a novos mercados internacionais, sobretudo a partir da adesão ao espaço comunitário europeu em 1986, a agricultura passou a actividade marginal, associada à pobreza e atraso (Freire, 2015). Na actualidade parece verificar-se um renovado interesse neste sector (Guizo, 2011; Cabo *et al.*, 2014; Freire, 2015). O ano de 2014 mostrou-se mais dinâmico do que nunca, o que, segundo Cabo *et al.* (2014) se deveu ao retorno à terra perante a situação de crise económica e de desemprego que o país atravessou entre 2008 e 2013.

Portugal foi também pioneiro na adaptação das novas culturas trazidas do novo mundo até à Europa, desde o século XVI. E apesar das tecnologias introduzidas pela *revolução verde* a partir dos anos 60 terem contribuído para a mudança das práticas tradicionais, a sua difusão pelas diferentes regiões do país foi desigual, o que ajudou a preservar saberes, práticas e variedades que desapareceram noutras zonas do mundo (Freire, 2015). É entre os agricultores tradicionais envelhecidos que encontramos este conhecimento preservado, como no caso das verduras em Trás-os-Montes (Carvalho *et al.*, 2011), bem como no Minho e no Alentejo (Martins Soria, 2016), ou nas hortas medievais do interior do Algarve (Torres *et al.*, 2013).

Tratando-se de um sistema tradicional agrícola de pequena escala, muitas vezes com paisagens de elevada complexidade, em que pelo menos metade da mão-de-obra pertence ao agregado familiar, a agricultura familiar apresenta ainda práticas de preservação da diversidade e protecção de culturas, dentro de uma racionalidade que sempre foi ecológica, respeitando os processos naturais dos ecossistemas. Porém, assiste-se também a alguma degradação devido a transformações da modernização agrícola, sobretudo no uso de insumos de síntese química devido à grande exigência técnica de uma protecção ecológica e o medo de perder a produtividade (Costa *et al.*, 2018), bem como às mudanças da modernidade, como o despovoamento, o desuso das práticas agropecuárias, as políticas da CAP e todos os aspectos socioeconómicos associados (Martins Soria, 2016).

Ao longo dos tempos, a produção agrícola *tradicional* foi marcando as paisagens, preservando os recursos naturais e mantendo a biodiversidade pelo uso de práticas adequadas à preservação dos ecossistemas (Torres *et al.*, 2013). Com a introdução das técnicas intensivas, da mecanização e de produtos agroquímicos, apoiadas pelas políticas públicas focadas no aumento do rendimento agrícola, a agricultura avançada pela *Revolução Verde* originou a degradação ambiental, das comunidades e da saúde humana.

A procura de alternativas a este tipo de agricultura dita convencional levou ao surgimento de diversas propostas mais sustentáveis, como as agriculturas: biodinâmica; biológica; ecológica; natural; orgânica; regenerativa (Navarro, 2002 cit. por Costa, 2010), permacultura (Oliveira e Penha-Lopes, 2020) e sintrópica / agrofloresta de sucessão (Baleeiro, 2018). Estes diferentes movimentos de diferentes origens e nomes distintos surgem com princípios semelhantes, em particular os da agroecologia (Costa, 2010).

No entanto, os diferentes motivos para tornar a agricultura mais sustentável chegam a ser contraditórios e incluem num extremo uma visão mais economicista que se limita a ajustar as práticas ao padrão produtivo, e noutro extremo uma visão mais radical que ambiciona não apenas mudar a forma de produção agrícola como a própria organização da sociedade (Marzall, 1999 cit. Por Costa, 2010).

A agricultura biológica

5.1.

É possível situar os primeiros registos oficiais da agricultura biológica em Portugal em 1994, após a definição da regulamentação específica da então denominada Comunidade Económica Europeia (Cabo, Matos, Fernandes & Ribeiro, 2016). Até à década de 1990, os principais produtores de agricultura biológica eram pessoas estrangeiras estabelecidas no território, visando principalmente o autoconsumo ou a exportação para os seus países de origem (Gonçalves, 2005, citado em Cabo *et al.*, 2016).

A principal força motriz deste tipo de agricultura tem sido o financiamento europeu através das medidas agroambientais, que têm dado apoio

aos agricultores que usem práticas de protecção do ambiente, da paisagem rural, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética, bem como especificamente o apoio à conversão para o modo de produção biológico. Estas medidas ajudaram particularmente o desenvolvimento de culturas extensivas, arvenses, frutos secos, assim como de pastagens. A escolha do consumidor também tem sido considerada um factor determinante, principalmente para o impulsionamento das culturas intensivas, como a horticultura e fruticultura (Interbio, 2011, cit. por Cabo *et al.*, 2016).

Em 1994 encontravam-se registados 234 produtores agrícolas ocupando 7.183 hectares. Entre 1994 e 1997, a área de terra certificada teve um ligeiro aumento para 12.193 hectares. Os dois anos seguintes, 1998 e 1999, testemunharam um crescimento em área para 47.974 hectares. Entre 2000 e 2006, a área cresceu para 214.232 hectares, o maior crescimento observado até hoje, sendo que apenas em 2002 o número de produtores ultrapassou o milhar, mostrando como a adesão a este modo de produção foi lenta. No fim de 2006 contavam-se já cerca de 1.550 produtores registados. De 2007 a 2013 houve um crescimento seguido de sucessivos decréscimos devido à alteração do regime de apoios e da metodologia de recolha de dados. Em 2017 verifica-se uma acentuada adesão, duplicando o número de produtores para um total de 4.267, ocupando uma área de 252.812 hectares, estimulado por um novo regime de apoios europeus até 2020. No entanto, a maioria das culturas destinam-se à alimentação do efectivo pecuário, com 72% das terras dedicadas a pastagens e forragens, e apenas 26% para produzir bens alimentares para o consumo ou a transformação. Hoje a área cultivada em agricultura biológica ocupa 7% da superfície agrícola usada no continente (DGADR, 2019).

Em Portugal, a agricultura certificada em modo de produção biológico tem visto uma evolução semelhante a outros países europeus, embora com um ritmo mais lento. Ainda é um subsector numa fase inicial de desenvolvimento, com uma fraca expressão dentro da economia agrícola nacional (Cabo *et al.*, 2016).

A primeira associação nacional de agricultura biológica em Portugal, a AGROBIO, foi fundada

em 1985, oferecendo serviços especializados de formação e consultoria. Do resto, apesar de mais de trinta anos de existência, ainda não existem dados estatísticos relativos ao mercado de produção biológica, tendo em conta a já significativa expressão da procura e do uso da terra (Ferreira, 2016).

As principais dificuldades para o desenvolvimento deste subsector identificadas por Cabo *et al.* (2016), são: fraca penetração destes produtos nos mercados; dificuldades na aquisição dos factores de produção homologados; falta de canais de comercialização especializados; e preços elevados que não correspondem aos preços do produtor, tornando a agricultura biológica inacessível à maioria da população.

Parecendo querer responder a estes constrangimentos, o Governo português aprovou em 2017 a Estratégia Nacional de Agricultura Biológica – ENAB – (Presidência do Conselho de Ministros, 2017), que apresenta cinco objectivos estratégicos para um horizonte a 10 anos para a produção, a rentabilidade comercial, a procura do consumidor, a formação e a inovação do negócio. Estão assim criadas as condições para a afirmação da agricultura biológica nos mercados.

Um elemento contraditório deste modo de produção é a impossibilidade do uso de variedades crioulas / locais de sementes fora dos catálogos, como forma de protecção à fraude.² Outra contradição prende-se com o facto de, em Portugal, a maioria da área agrícola convertida se encontrar dedicada a forragens, pastagens ou a uma / duas culturas, apesar da agricultura biológica ter como princípio a diversidade (Guerra, 2005).

Para uma parte dos produtores em conversão para a agricultura biológica, a opção pela pastagem parece ser uma opção pela rentabilidade e corresponde, em muitos casos, a uma agricultura de abandono sem produção de alimentos. Este tipo de produtores são os que Guerra (2005) denominou de 'Convencionais em Conversão', e que corresponderam a 41% dos inquiridos no seu estudo, alegando os subsídios como a principal razão para permanecer na actividade, deixando as motivações éticas para segundo plano. Porém, a maioria

² Segundo conversa informal com produtores biológicos.

dos inquiridos escolheu a conversão por convicção ético-ideológica, tendendo a optar pela agricultura biológica como modo de vida.

5.2. A agricultura biodinâmica

Embora seja uma prática pelo menos tão antiga como a agricultura biológica em Portugal, a agricultura biodinâmica apenas foi formalizada em 2014 com criação da Associação Biodinâmica Portugal (ABIOP). Esta oferece cursos e apoia o processo de certificação das explorações junto da entidade certificadora internacional biodinâmica, Demeter.³ Um exemplo exímio é a Quinta de Silveiras⁴, certificada para a agricultura biológica e biodinâmica, cujos proprietários detêm também o certificado em desenho de permacultura, estando ainda constituídos numa AMAP (agricultura de proximidade, também denominada de CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura), integrando a rede portuguesa do mesmo nome que inclui a agroecologia como um dos seus três princípios⁵. Aqui vemos um exemplo do uso integrado dos vários sistemas de práticas agroecológicas num mesmo sistema de produção.

5.3. A permacultura

A prática e o ensino da permacultura foram iniciados em Portugal por uma agricultora biológica e permacultora inglesa certificada pelo Instituto Britânico de Permacultura, que, em meados dos anos 90, começou a organizar cursos de desenho de permacultura (PDC) em Portugal (Marques, 2010). Actualmente ainda não existe uma entidade certificadora de PDCs em Portugal mas os diplomas ministrados por formadores portugueses são reconhecidos pelo instituto britânico (Oliveira e Penha-Lopes, 2020).

Aquando da chegada das iniciativas de transição (Transition Town Movement⁶) a Portugal, foi criada a rede social digital 'Transição e Permacultura' na plataforma *Ning*, entretanto desactivada, para a discussão de ideias da transição e permacultura em Portugal. A tran-

sição foi considerada por protagonistas deste movimento em Portugal como uma aplicação dos princípios da permacultura no âmbito social (Fernandes-Jesus, Carvalho, Fernandes e Bento, 2015).

A permacultura tem uma significativa expressão em Portugal e encontra-se sobretudo ligada a um movimento de êxodo urbano (Matos, 2012). Numa tentativa de caracterizar as iniciativas de permacultura em Portugal, Oliveira e Penha-Lopes (2020) fizeram um estudo exploratório junto dos projectos registados na *Worldwide Permaculture Network*⁷, uma rede social internacional de referência. Em 2018, Portugal surgia como o país da Europa com maior número de projectos registados (66), seguido de perto pelo Reino Unido e Espanha. Estes projectos são liderados predominantemente por jovens adultos (até aos 30 anos) com o dobro da participação de homens do que de mulheres (contrariando a tendência mundial de um maior número de mulheres) e um nível de escolarização superior. Dos protagonistas, 18% não têm nacionalidade portuguesa e obtiveram o seu PDC entre 2008 e 2014. No que diz respeito à motivação da escolha pela permacultura, verificou-se uma tendência na adopção de uma ética ecocêntrica e um menor interesse económico. A diminuta motivação económica tem reflexo na viabilidade económica da permacultura em Portugal: apenas 10% dos praticantes dependem totalmente do retorno económico da permacultura e 42% não recebem qualquer retorno. Para os restantes, a permacultura surge dentro de uma estratégia de pluriactividade e como um 'estilo de vida agrícola' mais do que uma fonte de rendimento (Oliveira e Penha-Lopes, 2020).

A agricultura sintrópica 5.4.

A agricultura sintrópica apresentada por Ernst Götsch em 1994, é um sistema agroflorestal planeado que cultiva uma combinação de grande diversidade de espécies de forma sinérgica e com os ciclos produtivos em sincronia, aproveitando a estratificação vegetal e seus períodos de desenvolvimento. Tornou-se visível em Portugal no momento da vinda de Ernst Götsch em 2017, quando foi apresentada numa conferência na Universidade Católica de Lisboa. Desde essa altura o Götsch tem voltado

³ <http://www.biodinamicaportugal.com>

⁴ <https://www.vidarural.pt/insights/biodinamica-pode-marcar-a-diferenca>

⁵ <https://amap.movingcause.org>

⁶ <https://transitionnetwork.org>

⁷ <https://permacultureglobal.org>

anualmente, conjugando eventos públicos, cursos e consultoria em quintas⁸. Em Portugal encontramos como exemplo desta nova prática a Associação Terra Sintrópica, promotora da Rede Alimentar Regional em Mértola.⁹

Na sua cobertura da conferência, a Vida Rural, publicação dedicada à agroindústria, identificou a “agricultura sintrópica” com um dos quatro assuntos mais pesquisados no seu sítio de Internet em 2019.¹⁰

Em 2019, decorrente da realização de uma dissertação de mestrado em agricultura biológica na Escola Superior Agrícola de Coimbra, foi instalado na própria escola um campo de demonstração em agricultura sintrópica, apresentado no congresso da APDEA 2019.¹¹ No mesmo congresso, foi ainda apresentado o projecto “Vila Feliz Cidade” que visa a implementação de uma agrofloresta na Vila da Golegã. É também na Golegã que a empresa agrícola que produz para a marca de temperos nacionais Paladin recebeu a consultoria de Gotsch em 2019.¹²

5.5. O manejo holístico

A gestão holística ou manejo holístico é um termo recente em Portugal, que tem ganhado visibilidade com a vinda de Allan Savory a Portugal em 2018, numa acção de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha.¹³ É uma filosofia muito abrangente, confundindo-se muitas vezes com a agroecologia, porque tem os mesmos princípios base. Uma das suas maiores expressões práticas é o pastoreio holístico que consiste na biomimetização do pastoreio de animais selvagens. Esta técnica utiliza cercas eléctricas e metálicas para confinar um grande número de animais numa pequena área de pastoreio durante um curto espaço de tempo. Os pastos são depois deixados recuperar por um período mínimo de 60 dias e só depois são pastoreados novamente. Existem duas quintas demonstrativas em

Elvas, ligadas ao *Hub* ibérico do *Savory Institute*, a aleJAB¹⁴, com sede em Espanha, e o projecto Terra Maronesa¹⁵ em Trás-Os-Montes também exhibe uma componente de pastoreio holístico.

Acompanham esta prática recente o Centro de Investigaciones Científicas y Tecnológicas de Extremadura (CICYTEX) em Badajoz, Espanha, e o Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas da Universidade de Évora. Um exemplo da prática de pastoreio holístico pode ser encontrado no projecto ECOMONTADO XXI, descrito mais abaixo na secção 8.

O modelo “Market Gardener”

5.6.

Através de conversas informais, tomámos conhecimento que em Portugal se começa a praticar o modelo “*Market Gardener*”, apresentado em livro por Jean-Martin Fortier, inspirado em variadas técnicas bio-intensivas e pelas técnicas desenvolvidas pelo horticultor icónico Eliot Coleman. O modelo consiste numa série de práticas e princípios que visam a produção de hortícolas em pequenas áreas, com recurso a ferramentas manuais e atingindo elevadas produtividades. Uma vez que se foca nas necessidades do mercado e na alta produtividade do espaço, apresenta uma elevada rentabilidade económica e pode inserir-se em pequenos espaços peri-urbanos, fornecendo alimentos de alta qualidade às pessoas e ao mesmo tempo assegurando uma vida digna para quem produz.

Não se conhecem eventos de formação formal ou informal deste modelo, sendo disseminado essencialmente através da Internet e entre pares. Por entrevista a um dos produtores que faz uso deste conjunto de práticas, identificámos quintas como a Horta do Pé Descalço, nas Caldas da Rainha, o Chão Rico, em Sintra, a Cenourinha Bio em Torres Vedras, a Quinta do Alecrim, em Torres Novas, A Horta do Adão, em Loures e a Cerquinha, em Grândola. Curiosamente apenas o Chão Rico menciona especificamente o *Market Gardening*.¹⁶

⁸ <https://agendagotsch.com/pt/design-mediterranean-enriching-olive-grove/>

⁹ <https://www.facebook.com/terrasintropica/>

¹⁰ <https://www.vidarural.pt/agroindustria/sabe-o-que-os-agricultores-mais-procuraram-em-2019/>

¹¹ https://esadr2019.apdea.pt/wp-content/uploads/2019/10/Livro_abstracts-10-out.pdf

¹² <https://agendagotsch.com/pt/multi-story-tree-lines/>

¹³ <http://cicytex.juntaex.es/es/noticias/316/cicytex-prepara-una-jornada-abierta-sobre-manejo-holistico-en-la-dehesa>

¹⁴ <http://www.manejoholistico.net>

¹⁵ <https://terramaronesa.pt>

¹⁶ <https://www.picuki.com/profile/chao.rico.colares>

A GOVERNANÇA DO SECTOR AGRÍCOLA



Não existe uma estrutura legislativa específica para agroecologia em Portugal. No entanto, existem alguns instrumentos legais relevantes que apoiam os pequenos agricultores e a agricultura familiar, os circuitos curtos de comercialização agroalimentar e a agricultura biológica.

Em 2014, o Governo de Portugal formulou a Estratégia Nacional para a Implementação de Frutas e Hortícolas nas Escolas (RFHE), seguindo a recomendação da CE no Regulamento (CE) n.º 288/2009 (REDSAN-CPLP, 2016). Após a última revisão definida para o período 2017-2023, as cantinas escolares do pré-escolar ao 4º ano do 1º CEB podem ser fornecidas por produtos de origem local, com qualidade certificada pelo rótulo de agricultura biológica e dentro da estação, com orçamento específico do governo (DPP, 2017).

Em 2018, o Estatuto da Agricultura Familiar foi aprovado pelo Conselho de Ministros, reconhecendo a especificidade da agricultura familiar nas suas diversas dimensões e atribuindo direitos especiais no acesso a fundos e à simplificação regulatória na actividade económica agrícola ¹⁷.

O financiamento da União Europeia pode ser considerado estrutural em áreas com afinidade à agroecologia, mesmo que a própria agroecologia não seja oficialmente reconhecida. O financiamento não se aplica apenas a agricultores e projectos de implementação das medidas agroambientais, como descrito anteriormente, mas também apoia toda a educação e formação profissional (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 11), o que inclui módulos de formação (UFCDs, unidades de formação de curta duração) relacionados com os diferentes modos de produção agrícola considerados sustentáveis.

Neste sentido, o governo dotou muito recentemente o Orçamento do Estado para 2020 com 29 milhões de euros¹⁸ para a conversão da agricultura convencional em produção biológica, utilizando instrumentos de financiamento europeu (Marcela, 2020).

A definição de medidas agroambientais em Portugal tem sido bastante ampla, o que significa que práticas que não são estritamente agroecológicas, mesmo aquelas que se encontram entre formas de produção convencionais e biológicas, como a produção e a protecção integradas, podem ser financiadas. Como exemplo, o uso do glifosato, um conhecido agente cancerígeno e mesmo o uso de organismos geneticamente modificados não são proibidos sob a interpretação actual das medidas agroambientais, embora seja proibido para agricultores em regime de agricultura biológica, criando assim uma concorrência desleal entre estes e os chamados 'produtores integrados'¹⁹ (Plataforma STOP OGM, 2020).

Em Portugal, como veremos abaixo, diferentes agências governamentais são responsáveis pelas áreas políticas específicas relacionadas com a agricultura, silvicultura, segurança e protecção alimentar, meio ambiente, recursos naturais e desenvolvimento rural.

A DGADR, Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Regional é a instituição responsável pela implementação dos regulamentos da UE para a definição e implementação de programas nacionais que regulam sobre a agricultura biológica, para a regulamentação das respectivas entidades de certificação, representando Portugal na União Europeia no que se refere aos temas da agricultura biológica. É também o órgão responsável pela implementação do Plano de Acção da Estratégia Nacional de Agricultura Biológica. Em cooperação com as agências que regem as questões de educação e formação profissional, é responsável pela formulação dos conteúdos relacionados com a agricultura biológica, agricultura sustentável, gestão florestal e circuitos curtos de comercialização (DGADR, 2019).

A DGAV, Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária é a instituição responsável pelo sistema de segurança alimentar em Portugal, que define em que medida os produtos químicos podem ser utilizados na agricultura biológica (DGADR, 2019).

A ASAE, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, avalia e comunica os riscos

¹⁷ <https://dre.pt/application/file/a/115933763> - Decreto-Lei n.º 64/2018 de 07/08/2018 Lei que estabelece o Estatuto da Agricultura Familiar

¹⁸ <https://www.dinheirovivo.pt/economia/29-milhoes-para-agricultura-biologica>

¹⁹ Toda a regulamentação a aplicar em Portugal: <https://www.dgadr.gov.pt/sustentavel/modo-de-producao-biologica>

na cadeia alimentar, visitando as diferentes entidades da cadeia, observando a sua conformidade com a lei, o que inclui a rotulagem e certificação da agricultura biológica. Também trata de reclamações relacionadas com a comercialização de produtos biológicos certificados (DGADR, 2019).

A ANQEP, Agência Nacional de Qualificações e Educação Profissional, é responsável pelo Catálogo Nacional de Qualificações e pela actualização ou introdução de novas qualificações ou unidades de formação de curta

duração (UFCDs), que constituem os módulos que formam cada qualificação. Criou um Conselho Sectorial Agroalimentar²⁰, à semelhança de todas as outras áreas principais de formação, onde estão representadas as principais entidades relevantes no sector e que serão consultadas para introduzir mudanças no catálogo, como a alteração ou a introdução de uma nova UFCD ou uma nova qualificação para uma nova saída profissional.²¹ Qualquer proposta de alteração ao catálogo deverá ser fundamentada nas necessidades expressas pelos agentes dos mercados de trabalho regionais.²²



²⁰ <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Home/CSQ>

²¹ <https://www.dgadr.gov.pt/formacao>

²² http://sanq.anqep.gov.pt/?page_id=27

O MOVIMENTO SOCIAL: SOBERANIA ALIMENTAR E AGRICULTURA DE PROXIMIDADE

The background features a large, abstract geometric shape in a lighter shade of orange, resembling a stylized 'Z' or a series of connected triangles, set against a darker orange background.

Na América Latina e noutras áreas do Sul global, a agroecologia é um conceito amplamente utilizado pelos camponeses, pescadores e movimentos indígenas, para reivindicar seu direito à terra e às condições necessárias para manter um modo de vida em interdependência com os ecossistemas e no qual se inserem há gerações (Anderson, Pimbert & Kiss, 2015). Na Europa, embora nos últimos séculos os camponeses tenham sido uma parte importante do apelo à reforma social, a realidade dos agricultores mudou acentuadamente nas últimas três a quatro décadas. No norte da Europa, a agricultura tem sido fortemente industrializada e profissionalizada, com o Sul, incluindo Portugal, a exibir ainda uma ampla base camponesa, embora de idade avançada e sobretudo incapaz de daí tirar um sustento.

A agroecologia como prática e um “modo de vida” (Anderson *et al.*, 2015), em particular no sul da Europa, foi, portanto, amplamente adotada por pessoas que retornam à terra, neo-rurais ou descendentes de gerações de terra-tenentes (Martins Soria, 2016; Oliveira e Penha Lopes, 2020). Abaixo seguem exemplos de quintas, grupos de agricultores, grupos cívicos e outras iniciativas que adoptaram a ideia de agroecologia e práticas afins.

Tratando-se no geral de um sistema agrícola de pequena escala, muitas vezes com paisagens de elevada complexidade, a agricultura familiar apresenta ainda práticas de preservação da diversidade e protecção de culturas tradicionais, dentro de uma racionalidade que sempre foi ecológica, respeitando os processos naturais dos ecossistemas (Costa *et al.*, 2018).

O Estatuto da Agricultura Familiar aprovado em 2018 define como agricultura familiar aquela onde 50% da força do trabalho tem origem na família. Neste sentido, a agricultura familiar por definição não caracteriza o modo e os meios de produção, pelo que não equivale a uma agricultura camponesa, isto é, de subsistência, nem a uma tradicional, com práticas preservadas ao longo das gerações (Correia, 2013).

Em 2016, 94% do total das explorações classificaram-se como familiares, o que representava 54% da Superfície Agrícola e mais de 80% do trabalho total agrícola (Presidência do Con-

selho de Ministros, 2018). Encontramos ainda uma minoria de grandes explorações agrícolas familiares representando 1% do número total destas, de natureza patronal e societária, com 10% da área agrícola e florestal e 2% das unidades de trabalho anuais, obtendo remunerações similares às explorações não familiares (Ferragolo da Veiga, 2014).

Observou-se igualmente que o número de explorações familiares decresceu 17% entre 2009 e 2016 (Presidência do Conselho de Ministros, 2018). Verifica-se ainda uma tendência para o envelhecimento dos produtores assim como um baixo nível de escolarização (Martins Soria, 2016).

A pluriactividade é uma prática comum nas explorações agrícolas familiares sendo considerada indicativa de uma estratégia usada pela população agrícola familiar para assegurar a subsistência das suas explorações (Gomes, 2014) ou como complemento dos rendimentos de origem não agrícola (Renato, 2010). Parece influenciada pelo processo de modernização e urbanização que algumas regiões rurais próximas do litoral e de zonas urbanas industriais sofreram. Tal impôs uma alteração nos modos e estilos de vida tradicionais, em particular na incorporação da mecanização nos modos de produção agrícola e numa lógica de produção capitalista. Fala-se então de *campesinato parcial* quando nos referimos a uma classe social nova de famílias camponesas que mantém a sua exploração agrícola ao mesmo tempo que alguns dos elementos do agregado trabalham noutros sectores, muitas vezes fora da povoação. Com a manutenção da agricultura familiar como um elemento crucial na sustentabilidade das populações rurais, ela acaba por ser um elemento de resistência às formas de produção agrícola empresarial capitalista (Renato, 2010).

A agricultura familiar, não só é determinante para assegurar a segurança alimentar e nutricional de grande parte da população rural e periurbana, como também providencia serviços de ecossistema pela preservação das paisagens e do património genético (Barros, 2014).

Em Portugal, a CNA, Confederação Nacional dos Agricultores (de pequena escala),

enquanto membro do movimento camponês global *La Via Campesina*²³, assumiu as bandeiras da soberania alimentar, agricultura familiar e agroecologia como alavanca para a mudança do modo agroindustrial. No sentido de reforçar o trabalho em rede do movimento social pela soberania alimentar junto do poder político, colabora no projecto de investigação Horizonte 2020 BOND²⁴ – liderado pelo *Center of Agroecology, Water and Resilience da Universidade de Coventry*. Este projecto foca-se no desenvolvimento do potencial da acção colectiva e das redes de agricultores e proprietários com vista à sua influência no desenho de políticas para a sustentabilidade ecológica e económica do sector. Importa também mencionar o CIDAC²⁵ como importante defensor da soberania alimentar, tendo tido um papel histórico no reconhecimento e visibilidade dos camponeses, com a introdução do comércio justo em Portugal, com uma loja em Lisboa.

Numa iniciativa para reestabelecer a comercialização de curta distância através da venda directa de cabazes, surgiu em 2004 o projecto PROVE – Promover e Vender, possibilitando a reaproximação entre produtores e consumidores, o escoamento dos produtos e um preço final mais justo para ambas as partes. Foi enquadrada por uma iniciativa de financiamento comunitário promovida pela ADREPES, a Associação de Desenvolvimento Local de Setúbal, e um conjunto de parceiros para responder à dificuldade sentida pelos pequenos produtores locais em escoar os seus produtos (Batista, Cristóvão, Rodrigo e Tibério, 2012). O projecto começou com 4 produtoras e 12 cabazes. Hoje tem um âmbito nacional, com 58 produtores em 21 núcleos que em 2011 venderam 3.231 cabazes, proporcionando a cada produtor uma média de rendimentos de cerca de €500, com valores a oscilar entre €150 e €1.500 – valores aproximados (Batista, Cristóvão, Rodrigo e Tibério, 2012a).

O restabelecimento de relações de confiança e proximidade entre produtores e consumidores promovido pelo PROVE inspirou-se no conceito das AMAPs ou agricultura de proximidade (Batista *et al.*, 2012), uma das dimensões de uma agroecologia camponesa e solidária. Em

2019 foi formalizada a REGENERAR, a Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária, que reúne as quintas com práticas de agricultura agroecológicas que se organizam com um conjunto de consumidores na sua proximidade numa AMAP/CSA, tendo na agroecologia um dos seus três princípios fundamentais. Actualmente, esta rede inclui sete quintas em todo o território português continental.²⁶

O uso de variedades regionais de plantas, adaptadas às condições das práticas agrícolas locais e preservadas pelas mãos camponesas ao longo das gerações, tem aumentado nos últimos quinze anos. Associações como a Colher para Semear²⁷, o GAIA, o projecto Plantei.Eu²⁸, a Quinta do Bell²⁹ e grupos informais como os Círculos de Sementes³⁰ da Associação *WakeSeed* ou ainda a Reflorestar Portugal³¹, têm promovido a prática milenar de guardar sementes e organizam festivais de sementes, trocas de sementes, bancos e bibliotecas de sementes / sementecas, bem como redes locais de sementes, a fim de recuperar e manter variedades locais e tradicionais. A associação Colher para Semear, fundada em 2006, tem feito um trabalho extremamente valioso na preservação, in situ, de mais de 2.500 variedades locais vegetais, publicando um catálogo anual. Desde 2007 que percorrem anualmente os trilhos de uma determinada região, para inventariar as variedades locais e camponesas que sobreviveram à comercialização de sementes padronizadas. Setúbal, Arouca e Interior Algarvio foram algumas regiões visitadas e com um inventário publicado.

Evidenciamos ainda algumas organizações de desenvolvimento rural notáveis que trabalham junto das populações camponesas pelo reconhecimento dos modos de vida tradicionais ligados à terra e que defendem a vida selvagem e a biodiversidade dos territórios. São exemplos a AEPEGA³², a ALDEIA³³ e a Palombar³⁴, três associações no nordeste transmontano que preservando espécies autóctones reconhecem o valor das práticas agrícolas associadas

²³ <https://viacampesina.org/en/>

²⁴ <https://www.bondproject.eu/>

²⁵ <http://www.cidac.pt>

²⁶ <http://www.jornalmapa.pt/2019/01/09/rede-amap-csa>

²⁷ <https://colherparasemear.wordpress.com>

²⁸ <https://mestradoisie.wordpress.com/2014/12/05/caso-de-inovacao-social-projecto-plantai-eu/> e <https://plantai.eu/>

²⁹ <https://www.facebook.com/projecto270-33277867677/>

³⁰ <http://circulosdesementes.blogspot.com>

³¹ <https://reflorestar-portugal.com>

³² <https://www.aepga.pt/quem-somos/>

³³ <https://www.aldeia.org/portal/PT/2/default.aspx>

³⁴ <https://www.palombar.pt/pt/>

e especialmente aquelas que promovam práticas ecológicas. Já a Associação IN LOCO³⁵, que há décadas tem trabalhado pela visibilidade do interior algarvio, desenvolve actualmente um projecto concreto no estímulo de circuitos curtos agroalimentares e do uso de práticas sustentáveis. Estas são as mais conhecidas, muitas outras ficam por conhecer.

Importa também mencionar a ANIMAR³⁶, a rede de associações de desenvolvimento local, que tem projectos em parceria com várias autarquias, como Vinhais ou Tavira, para o estímulo de políticas públicas de apoio à criação de circuitos curtos de comercialização.³⁷

Vários municípios, como Ourém, Montemor-O-Novo, Fundão e Torres Vedras, entre outros, estão a promover cadeias curtas de fornecimento de alimentos entre produtores locais e a restauração pública colectiva, como cantinas de escolas e equipamentos sociais municipais. Outros estão a associar-se em Bioregiões³⁸, um fenómeno crescente em Portugal, destacando-se algumas iniciativas recentes como a de Tâmega e Sousa, Idanha-a-Nova e São Pedro do Sul.

Uma iniciativa de participação alargada particularmente relevante é a criação da Rede Alimentar Regional de Mértola³⁹, envolvendo vários parceiros-chave, incluindo o próprio município, e mobilizando as partes interessadas para estabelecer uma ligação entre agricultores agroecológicos locais e as cantinas públicas na dependência da Câmara Municipal. O mesmo município também promove a criação de um banco de terras que visa a disponibilização de propriedades abandonadas, bem como a formação em práticas de agricultura

ecológica para possíveis agricultores, sob condição de se usarem práticas agroecológicas e comercializarem em mercado local. Mas o projecto mais ambicioso, envolvendo investimentos europeus significativos, é a Estação Biológica de Mértola para Valorização e Transferência de Tecnologia em Biodiversidade, Agroecologia e Cinegética⁴⁰, que será lançado nos próximos dois anos e receberá cientistas de todo o mundo, integrando pesquisa e prática.

Em termos de advocacia e pressão política, existem várias redes e plataformas que reivindicam formas mais ecológicas de agricultura e produção de alimentos. Referimo-nos à Plataforma Transgénicos Fora – Plataforma por uma Agricultura Sustentável⁴¹ e à ReAlimentar⁴² – Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, secretariada pela associação ACTUAR⁴³. A primeira destina-se à defesa da biodiversidade e da soberania alimentar, em particular sobre o património genético, agregando 12 organizações nacionais e locais. A última reúne 15 organizações nacionais e regionais, que exercem pressão política sobre o Estado e os governos para assegurar o pleno direito humano à alimentação, através da promoção da soberania alimentar, da agricultura familiar e da agroecologia. Em conjunto com a FAO e o município de Idanha-a-Nova, a ACTUAR organizou em 2019 o Fórum Internacional de Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis – FISAS, um congresso que terminou com uma declaração afirmando a agroecologia como estratégia para o futuro dos alimentos em Portugal⁴⁴. Em Portugal, o sistema agrosilvopastoril das Covas do Barroso⁴⁵ e o sistema agroflorestal do Montado⁴⁶ foram reconhecidos internacionalmente como exemplos de sustentabilidade.

³⁵ <http://www.in-loco.pt/pt/projectos/20190301/100-local/>

³⁶ <https://www.animar-dl.pt/noticias/3594-xiii-manifesta-arranca-com-webinar-sobre-sistemas-alimentares-locais>

³⁷ <https://www.agencianimar.com/projectos/alimentacao-circuitos-curtos-agroalimentares-para-o-direito-humano-a-uma-alimentacao-adequada>

³⁸ <https://www.ibiblio.org/london/links/start-392001/msg00549.html>

³⁹ <http://vozdocampo.pt/2019/01/09/mertola-procura-implantar-uma-rede-alimentar-local>

⁴⁰ <https://www.cm-mertola.pt/municipio/comunicacao-municipal/noticias/item/3432-camara-deu-a-conhecer-estacao-biologica-de-mertola>

⁴¹ <https://www.stopogm.net/>

⁴² <https://www.realimentar.org/sobre.html>

⁴³ <http://actuar-acd.org>

⁴⁴ <http://fisas.org/media/1756/conclusoes-fisas.pdf>

⁴⁵ <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-silvo-pastoral-system/en>

⁴⁶ http://www.fao.org/fileadmin/templates/agphome/images/iclstd/documents/wk1_c5_radomski.pdf
<https://www.slideshare.net/HNV-Link/a-spanish-case-study-in-high-nature-value-farming-the-dehesa-agroforestry-system-in-the-iberian-peninsula>

**AGROECOLOGIA NA
COMUNIDADE CIENTÍFICA:
INVESTIGAÇÃO-AÇÃO
PARTICIPATIVA E
TRANSDISCIPLINARIDADE**



A existência da agroecologia como conceito, disciplina de investigação e prática em Portugal é muito recente e apenas alguns centros de investigação a reconhecem. Numa academia em que predomina a visão da produção agroindustrial, a agricultura biológica apresenta-se como a principal alternativa, não havendo ainda espaço para outras alternativas surgirem (Martins Soria, 2016).

Mudar a visão dominante sobre a agricultura para considerar alternativas ecológicas requer uma mudança nos currículos para integrar ciências ambientais e sociais, que geralmente são separadas das ciências agrárias, e assim possibilitar uma visão sistémica. Isto implicaria uma alteração nos quadros do pessoal das instituições, os quais muitas vezes demonstram falta de conhecimento nestas áreas (Martins Soria, 2016). Alguns investigadores questionados por Martins Soria alertam que a própria agricultura biológica tem vindo a adoptar um ponto de vista productivista, em detrimento da sustentabilidade, conclusão também destacada por outros autores (Migliorini & Wezel, 2017) ao comparar os discursos e práticas adoptados pela agroecologia e a agricultura biológica.

O conhecimento tradicional do trabalho da terra assenta em práticas ecológicas que permitiram a subsistência das populações rurais ao longo dos séculos. Mas, para que este conhecimento seja sistematizado e reconhecido pela comunidade científica, a agroecologia não exige apenas uma abordagem transdisciplinar para garantir a inclusão de outros sistemas de conhecimento além de si mesma, mas também precisa de usar a investigação participativa como o seu método preferencial de recolha de dados (Méndez, Bacon & Cohen, 2015).

Em Portugal, encontramos três centros de pesquisa em ciências agrárias, estudos de desenvolvimento rural e ecologia que mencionam transdisciplinaridade, investigação-acção e/ou participação pública nas suas descrições: o Grupo Dynamo, do Instituto ICAAM da Universidade de Évora; o CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, da UTAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; e CE3C – Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

O grupo de pesquisa Dynamo é parceiro no projecto 'ECOMONTADO XXI' – Agroecologia aplicada ao Design do Montado Design⁴⁷, um projecto financiado pela UE e gerido pela Herdade do Freixo do Meio focado no estudo e formação no design da técnica de linha-chave (Keyline) para a captação de água da chuva, e o pastoreio holístico, para a produção agropecuária.

O centro CE3C, por sua parte, está a planear uma Caravana Agroecológica programada para 2020 com a intenção de disseminar o conceito de agroecologia e de forma participativa criar propostas de políticas públicas nesta área. O projecto levará a caravana por 4 rotas diferentes, visitando várias localidades e exemplos de quintas agroecológicas durante 4 dias, e culminando com rodas de diálogo para a produção de propostas que cubram diferentes territórios em Portugal (Simões, 2019, p. 17).

No campo das ciências sociais e evidenciando a dimensão política da agroecologia, vale a pena destacar o projecto 'JUSTFOOD' – redes alternativas de alimentos cultivados garantindo a justiça ambiental⁴⁸, pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

⁴⁷ <http://www.ecomontadoxxi.uevora.pt/>

⁴⁸ <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/justfood>

EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL: PROFESSORES, FORMADORES E APRENDIZAGEM ENTRE PARES



A oferta de formação e educação vocacional formal em práticas agrícolas agroecológicas é ocasional e imprevisível em Portugal. A diversidade e quantidade da oferta aumentam quando alargamos a nossa pesquisa para todas as formas de educação e graus de ensino: desde cursos informais organizados por grupos da sociedade civil a espaços de partilha de conhecimento agroecológico entre pares organizado por quintas, combinando acções colectivas com a partilha horizontal de experiências. Esta última abordagem relaciona-se com a prática na América Latina chamada de *Campesino-a-Campesino*, que ajudou a difundir práticas agroecológicas em Cuba e capacitou camponeses a tornarem-se mais autossuficientes ao longo dos últimos 30 anos (Rosset, Sosa, Jaime e Ávila, 2011).

No Ensino Superior, a agroecologia aparece como uma unidade no currículo de um curso de Desenvolvimento Rural da Universidade Aberta, de um curso de Engenharia Agrónoma na UTAD e ainda num curso sobre Gestão Sustentável de Espaços Rurais, da Universidade do Algarve. No caso da agricultura biológica, há uma oferta entre cursos vocacionais superiores, licenciaturas e cursos de mestrado em agricultura biológica na Universidade da Madeira e nos Institutos Politécnicos de Coimbra, Santarém, Viseu e Ponte de Lima. O Instituto Politécnico de Portalegre também oferece um curso em desenvolvimento sustentável, mas o único instituto que utiliza o termo de agroecologia é o Instituto Politécnico de Bragança que, desde 2011, oferece o Mestrado em Agroecologia (DGADR, 2019). A julgar pelo currículo, estes cursos são voltados principalmente para as ciências agrárias e mais especificamente para o nível de produção e a sua produtividade (Martins Soria, 2016).

O Catálogo Nacional de Qualificações⁴⁹, que organiza todos os cursos de educação e formação vocacional (EFV) com certificação académica e profissional oficialmente reconhecidos em Portugal, oferece aproximadamente 2.500 horas em cursos do nível 2 (equivalência ao 6º ano de escolaridade) para formar operadores agrícolas, e do nível 4 (equivalência ao 12º ano de escolaridade) em agropecuária, com a possibilidade de uma especialização na agricultura biológica na escolha de módulos

específicos entre 25 e 50 horas, que totalizam 150 horas. Os centros de formação escolhem os módulos de acordo com o tipo de conhecimento que desejam promover. A AGROBIO e outros centros de formação privados certificados constroem seus próprios cursos, com diferentes durações, dependendo dos módulos que escolhem.

As escolas profissionais e os centros de formação que compõem a rede pública de EFP em Portugal só estão autorizados a oferecer essa formação quando o mercado de trabalho local o justificar e o Ministério da Educação o aprovar, uma vez que são financiados pela UE mediado pelo Estado português, que determina a taxa de empregabilidade como condição para o financiamento. Actualmente, o Catálogo Nacional de Qualificações não tem nenhuma saída profissional ou especialização em agroecologia ou práticas ecológicas relacionadas, exceptuando, como já mencionado, a agricultura biológica.

Tão pouco existe uma política de extensão rural e apoio técnico, uma falha que é colmatada pelas associações do sector como a CNA e a CONFAGRI⁵⁰, e pelas empresas privadas e consultores independentes em agricultura biológica cujos serviços os agricultores podem contratar. Encontram-se alguns exemplos de consultoria em agroecologia e sistemas agroflorestais na equipa da Quinta do Alecrim⁵¹, de design de permacultura no atelier Terra Crua⁵², de regeneração de florestas na equipa *Ecointerventions*⁵³, de instalação de sistemas agroflorestais e sistemas de preservação de sementes na Reflorestar Portugal e de agricultura biológica na Agrosanus⁵⁴.

Além da educação formal, há uma oferta significativa de cursos informais de formação nas práticas agrícolas de base agroecológica, como a agricultura biodinâmica, permacultura, agrofloresta, agricultura sintrópica, agricultura regenerativa, com duração desde algumas horas a alguns dias ou várias semanas. Estes cursos são oferecidos principalmente por quintas ou iniciativas activas na promoção de práticas agrícolas agroecológicas, como a Reflo-

⁴⁹ <http://www.catalogo.anqep.gov.pt>

⁵⁰ <https://www.confagri.pt/temas/projetos-pdr2020/>

⁵¹ <https://www.quintadoalecrim.com/>

⁵² <https://www.terracruadesign.com>

⁵³ <https://www.facebook.com/eco.interventions.portugal/>

⁵⁴ <https://www.agrosanus.pt/>

restar Portugal, Cooperativa Integral Minga⁵⁵, Herdade do Freixo do Meio⁵⁶, Aldeia do Vale⁵⁷, Projecto Agroecológico Soajo⁵⁸, Instituto de Permacultura Vale do Lama⁵⁹, ABIOP- Associação Biodinâmica Portugal⁶⁰, Projecto Dias nas Árvores⁶¹, Biovilla⁶², Ecoaldeia de Janas⁶³, Quinta dos Sete Nomes⁶⁴, para citar algumas referências em Portugal. Encontrámos também formadores individuais portugueses que fazem parcerias com quintas para oferecer formações.

A associação Reflorestar Portugal, com a missão específica da capacitação para uma agricultura regenerativa, organiza um encontro nacional sobre florestas a cada dois anos. Durante a primeira edição de 2017 reuniu 75 pessoas e na segunda edição, em 2019, o evento reuniu 150 pessoas (Reflorestar Portugal, 2019). Este colectivo também organiza formações informais de cariz prático e acções de reflorestação regulares com foco na agrofloresta de sucessão, agroecologia e agricultura regenerativa, com formadores de Portugal e do Brasil. Entre 2017 e 2018 desenvolveu 12 cursos no ramo da agroecologia em várias regiões do país, em associação com quintas e centros educativos (Reflorestar Portugal, 2019).

Muitas quintas e projectos agroecológicos recebem *woofers*⁶⁵ e outros voluntários, além de organizarem ajudas colectivas ou “ajudadas”, usando esses eventos para promover

o intercâmbio de conhecimentos entre os participantes. É possível encontrar diferentes formatos destes espaços de aprendizagem, desde a clássica visita de estudo com uma palestra orientadora, como é o caso da Ecoaldeia de Janas⁶⁶ até ao uso de círculos entre pares⁶⁷. Dois exemplos de quintas com partilha horizontal de conhecimento são a Finca Equilibrium⁶⁸ e o Monte Mimo⁶⁹.

O único acordo internacional em que o Estado português está envolvido no que diz respeito à educação agroecológica é uma declaração não vinculativa do CONSAN-CPLP, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANG) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde o Governo português é representado. Em 2015, o CONSAN-CPLP aprovou a recomendação para que cada país-membro incluísse a agroecologia no sistema de ensino não-universitário e nas políticas públicas. Concretamente, aprovou a instalação de um Centro de Competências em Agricultura Familiar Sustentável em São Tomé e Príncipe. Esse Centro de Competências também promoverá sistemas agroecológicos nos países membros da CPLP, por meio de intercâmbios tecno-sócio-culturais entre agricultores, técnicos e formadores. Porém, até à data, este desenvolvimento não teve nenhuma consequência expressa nas políticas em Portugal (REDSAN-CPLP, 2016).

⁵⁵ <https://mingamontemor.pt/2018/12/04/formacao-agro-floresta-de-sucessao-em-clima-mediterranico/>

⁵⁶ <https://www.herdadedofreixodomeio.pt/>

⁵⁷ <https://www.aldeiadovale.com/>

⁵⁸ <https://www.facebook.com/people/Projectoagroecologicodo-soajo-Projectoagroecologicodosoajo/100009334170803>

⁵⁹ <https://www.valedalama.net/eventos-e-cursos/cursos/>

⁶⁰ http://www.biodinamicaportugal.com/?page_id=643

⁶¹ <http://dias-nas-arvores.blogspot.com/p/formacoes.html>

⁶² <http://www.biovila.pt>

⁶³ <https://ecoaldeiajanas.org/en/>

⁶⁴ <http://www.quinta7nomes.com/a-oficina.html>

⁶⁵ <https://www.woof.pt/pt>

⁶⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=MsmFO3ZbrXY>

⁶⁷ <https://www.facebook.com/events/1630574890543836/>

⁶⁸ <https://www.facebook.com/events/537013573824331/>

⁶⁹ <https://montemimo.wordpress.com>

REFERÊNCIAS

- Anderson, C., Pimbert M., & Kiss, C. (2015). Building, Defending and Strengthening Agroecology. A Global Struggle for Food Sovereignty. Centre for Agroecology, Water and Resilience. Coventry University. <https://www.agroecologynow.com/wp-content/uploads/2015/05/Farming-Matters-Agroecology-EN.pdf>
- Baleeiro, A. V. F. (2018). Intersecção termodinâmica-ecologia e discussão das bases científicas da agricultura sintrópica. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás). Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8385/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Andr%c3%a9%20Vin%c3%adcius%20Freire%20Baleeiro%20-%202018.pdf>
- Batista, A., Cristóvão, A., Rodrigo, I., & Tibério, L. (2012). Relatório final de avaliação projecto de cooperação interterritorial prove – promover e vendera. Perspectiva dos Actores. ISA, UTAD, CETRAD. <http://www.prove.com.pt/www/wst/files/I171-04XRELATXPRODUTORESXPROVEXU-VXXTESTE003.PDF>
- Batista, A., Cristóvão, A., Rodrigo, I., & Tibério, L. (2012a). Relatório final de avaliação projecto de cooperação interterritorial prove – promover e vendera. Perspectiva dos Produtores. ISA, UTAD, CETRAD. <http://www.prove.com.pt/www/wst/files/I171-02XFOCUSXPROVEXANALISE-V6X31MAIOXFINAL.PDF>
- Brandenburg, A. (2002). Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Desenvolvimento e Meio Ambiente. N. 6 p. 11-28, jul/dez. 2002
- Cabo, P., Matos, A., Ribeiro, M., & Fernandes, A. (2014). Efeitos económicos, demográficos e sociais de uma crise o renascer da agricultura em Portugal [Comunicação]. V Congreso Internacional de Agroecología e Agricultura Ecológica (Espanha) Vigo. Grupo de Investigación en Economía Ecológica, Agroecología e História. Universidade de Vigo. FCEE. <https://core.ac.uk/download/pdf/153412791.pdf>
- Cabo, P., Matos, A., Fernandes, A., & Ribeiro, M.I. (2016). Portugal biológico: retrato da agricultura em modo de produção biológica em Portugal [Comunicação]. VI Congreso Internacional de Agroecología, (Espanha) Vigo. Grupo de Investigación en Economía Ecológica, Agroecología e História. Universidade de Vigo. FCEE. <https://biotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/14006/4/acta%20portugal%20biolo%cc%81gico.pdf>
- Carmo, R. (2010). A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. Revista de Economia e Sociologia Rural, 48(1), 9-22. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000100001>
- Carvalho, A. M.; Barros, L. & Ferreira, I. C. F. R. (2011). Alimentos do passado, nutrientes de futuro! Inventariação e caracterização de espécies com interesse alimentar presentes nos agroecossistemas da Terra-Fria Transmontana [Comunicação]. Workshop Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Portugal) Bragança: Instituto Politécnico, ESAB, CIMO. <https://biotecadigital.ipb.pt/handle/10198/4621?mode=full>
- Costa, A. (2010). Agricultura sustentável I: Conceitos. Revista de Ciências Agrárias, 33(2), 61-74. <https://doi.org/10.19084/rca.15872>
- Costa, C. A. da, Guiné, R., Correia, H. E., Costa, D. T., Costa, T., Parente, C., Pais, C., Gomes, M., & Aguiar, A. A. R. M. (2018). Agricultura familiar e proteção das culturas: abordagens tradicionais e proximidade com práticas de agricultura biológica. Revista de Ciências Agrárias, 41(SPE), 231-240. <https://dx.doi.org/10.19084/RCA.17086>
- Correia, A. (2013). A agricultura familiar versus a agricultura de subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP. In Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas (pp. 119-133). Rio de Janeiro: Fundação Fio-Cruz e Instituto de Higiene e Medicina Tropical. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10738/1/REP-Correia%20M.-A%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>
- DGADR. (2019). A Produção Biológica em Portugal. DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. https://www.dgadr.gov.pt/images/docs/val/mpb/PT_producao_biologica_1994_2017.pdf
- DPP. (2017). Estratégia nacional de implementação do regime escolar em Portugal (anos letivos: 2017/2018 a 2022/2023). Direção Geral da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural. http://www.gpp.pt/images/Programas_e_Apoios/Apoios_de_Mercado/Regimes_Escolar/Estrat%C3%A9gia_Nacional_REscolaresPT_reti-ficado_logos.pdf

- European Commission (2014). 7th Environment Action Programme | 7º programa de acção em matéria de ambiente. <https://ec.europa.eu/environment/action-programme/>
- Fernandes-Jesus, M.; Carvalho, A.; Fernandes, L.O., & Bento, S. (2015). Percursos do Movimento de Transição em Portugal. Relatório produzido pela equipa do projecto COMPOLIS - Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais. CECS – Universidade do Minho e ISEG – Universidade de Lisboa. https://www.researchgate.net/publication/288987757_Percursos_do_movimento_de_Transicao_em_Portugal
- Gomes, M. (2014). Estatutos de trabalho das famílias agrícolas portuguesas de 1990 a 2010. (Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa). Repositório do Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9222/1/Estatutos%20trab%20fam%20agr%20portuguesas%201990_2010%20final%20corrigido.pdf
- Ferreira, J. (2016). Perspetivas da agricultura biológica em Portugal e na União Europeia. [Comunicação]. IV Colóquio Nacional de Horticultura Biológica (Portugal) Faro (pp. 3-7). Associação Portuguesa de Horticultura. https://aph.aphorticultura.pt/wp-content/uploads/2019/10/actas-portuguesas-de-horticultura_25-ivcnhb-jul16.pdf
- Fortier, J. M., & Bilodeau, M. (2014). The Market Gardener: A Successful Grower's Handbook for Small-scale Organic Farming. New Society Publishers.
- Freire, D. (2015). Como alimentar Portugal? Produção agrícola desde 1850. In J. Ferrão & A. Horta (Eds.), Ambiente, Território e Sociedade. Novas Agendas de Investigação (pp. 135-142). Lisboa: ICS
- Holt-Giménez, E., & Altieri M. (2013). Agroecology, Food Sovereignty, and the New Green Revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37(1), 90-102. https://www.researchgate.net/publication/271940532_Agroecology_Food_Sovereignty_and_the_New_Green_Revolution
- Guizo, A. (2011). Agricultura e ruralidade em Portugal: 1970-2000 [Dissertação de Doutoramento. ISCTE-IUL]. Repositório do ISCTE-UL. <http://hdl.handle.net/10071/5880>
- Guerra, J. (2005). Agricultura Biológica: Regulação, protagonistas e valores sociais. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22505/1/ICS_Dissertacao_Mestrado_JoaoGuerra.pdf
- IPES FOOD (2019) Towards a Common Food Policy for the European Union. http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/CFP_FullReport.pdf
- Marcela, A. (2019). OE2020 29 milhões para agricultura biológica. *Jornal Dinheiro Vivo*, 28n de Fevereiro. <https://www.dinheirovivo.pt/economia/29-milhoes-para-agricultura-biologica/>
- Marques, M. C. (2010). Integração dos princípios de permacultura na reabilitação do património edificado. [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório da Universidade da Beira Interior. <https://ubibliborum.ubi.pt/handle/10400.6/2258>
- Matos, F. (2012). Movimentos cívicos pela sustentabilidade das cidades: o movimento de transição. *Finisterra*, XLVII, 94, pp. 81-102. <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2682>
- Méndez, E., Bacon, Christopher M., and Cohen, R. (2015). Introduction. *Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-oriented Approach* (pp. 1-22). CRC Press. https://www.researchgate.net/publication/282912317_Agroecology_a_transdisciplinary_participatory_and_action-oriented_approach
- Migliorini, P., & Wezel, A. (2017). Converging and diverging principles and practices in the regulations of organic farming and agroecology. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 37 (6), 63. https://www.researchgate.net/publication/321114335_Converging_and_diverging_principles_and_practices_of_organic_agriculture_regulations_and_agroecology_A_review
- Mollison, B. (1988). *Permaculture: a designer's manual*. Tagari Publications.
- Oliveira, H., & Penha-Lopes, G. (2020). Permaculture in Portugal: Social-Ecological Inventory of a Re-Ruralizing Grassroots Movement. *European Countryside*, 12(1), 30-52. https://content.sciendo.com/view/journals/euco/12/1/article-p30.xml?language=en&tab_body=pdf-74962
- Plataforma STOP OGM. (2020). Relatório da Campanha para eliminar o glifosato das medidas Agroambientais. Plataforma Transgénicos Fora. <https://www.stopogm.net/agro-ambientais-sem-glifosato-herbicidas/>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2017). Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017 – Estratégia Nacional de Agricultura Biológica. <https://dre.pt/home/-/dre/107761909/details/maximized>

- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Estatuto da Agricultura Familiar. Decreto-Lei n.º 64/2018 de 7 de agosto (Estatuto da Agricultura Familiar). <https://dre.pt/application/file/a/115933763>
- REDSAN-CPLP. (2016). Dossier de Boas Práticas Agroecológicas na Agricultura Familiar da Comunidade de Países da Língua Portuguesa. REDSAN-CPLP (Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP), MSC CONSAN-CPLP, IFSN e ACTUAR. <https://cerai.org/wordpress/wp-content/uploads/2016/12/Dossier-de-boas-pr%C3%A1ticas-agroecol%C3%B3gicas-na-agricultura-familiar-de-CPLP.pdf>
- Ribeiro, A. B., Rodrigues, M., Neves, T., Queiroga, R., Alves, N., & Almeida, A. J. (2017). Comparative Analysis Skills Supply and Demand: Portugal National Report. YOUNG_ADULLLT Working Paper. In YOUNG_ADULLLT Deliverable 6.1 National Reports on national strategies to govern the supply and demand of skills. Glasgow: University of Glasgow. http://www.young-adulllt.eu/publications/working-paper/YOUNG_ADULLLT_Deliverable_D6_1_National-Reports-on-national-strategies-to-govern-the-supply-and-d.pdf?m=1530517692&
- Rosset, P. M., Sosa, B. M., Jaime, A. M. R., & Lozano, D. R. A. (2011). The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, 38(1), 161-191. https://www.researchgate.net/publication/49801215_The_Campesino-to-Campesino_Agroecology_Movement_of_ANAP_in_Cuba_Social_Process_Methodology_in_the_Construction_of_Sustainable_Peasant_Agriculture_and_Food_Sovereignty
- Martins Soria, I. (2016). Aproximaciones a la Agroecología em Portugal. De la pequeña agricultura familiar y tradicional a la agricultura ecológica, y de los canales cortos de comercialización a la soberanía alimentaria: prácticas, racionalidades y resistencias. [Dissertação de Mestrado, Universidade da Andalucia]. Repositório da Universidade da Andalucia. <http://dspace.unia.es/handle/10334/3715>
- Reflorestar Portugal (2019). Relatório de actividades desenvolvidas no âmbito do programa reflorestar – 2017/2018 – <https://reflorestar-portugal.com/wp-content/uploads/2019/05/Relato%C3%81rio-de-Actividades-Final.pdf>
- Savory, A., & Butterfield, J. (1998). *Holistic management: a new framework for decision making*. Island press.
- Sevilla Guzmán, E., & Woodgate, G. (2013). Agroecology: Foundations in Agrarian Social Thought and Sociological Theory. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37(1), 32-44.
- Simões, O. (coord.). (2019). Paisagens culturais – heranças e desafios no território. Actas do VIII Congresso Estudos Rurais e VIII Encontro Rural RePort. https://sper.pt/cer2019/wp-content/uploads/sites/2/2019/12/VIIICER_Livro-de-Resumos.pdf
- Torres, C.; Batista, D.; Reimão Costa, M.; Gomez Martinez, S. (2013). Hortas Tradicionais do Sul de Portugal - Uma perspetiva histórica. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/4694/3/2794.pdf>
- trAEce (2020). Agroecological vocational training for farmers, Erasmus+ Strategic Partnership | Formação vocacional em agroecologia para agricultores, uma parceria estratégica Erasmus+. www.traece.eu
- Ferragolo da Veiga, J. (2014). A dimensão social e política da Agricultura Familiar. In *Vez e Voz, Agricultura Familiar*. ANIMAR.
- United Nations Economic and Social Council (2019). Report: Progress towards the Sustainable Development Goals. <https://undocs.org/E/2019/68>
- Wezel, A., Goette, J., Lagneaux, E., Rassuelo, G., Reisman, E., Rodier, C., & Turpin, G. (2018). Agroecology in Europe: Research, Education, Collective Action Networks, and Alternative Food Systems. *Sustainability* 2018, 10, 1214. <https://doi.org/10.3390/su10041214>
- World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*. Oxford University Press.



More about the project at:

www.traece.eu